

O desgosto da “mistura” com prostitutas e favelados: Mudanças e paradoxos no campo dos direitos humanos

Ana Paula Galdeano

Pós-doutoranda do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento/Centro de Estudos da Metrópole (Cebrap/CEM)

Este artigo examina as relações entre narrativas da violência e participação política. Em particular, explora a maneira pela qual estereótipos de classe, gênero e faixa etária são constitutivos das narrativas de violência entre moradores de um bairro de classe média. O universo empírico central são os Conselhos Comunitários de Segurança de São Paulo, onde policiais, representantes das prefeituras, moradores, líderes de associações de bairro e entidades de defesa dos direitos se reúnem para falar sobre seus problemas locais.

Palavras-chave: violência, participação política, Conseg, estigma

This article examines the relationship between narratives of violence and political engagement. In particular, it explores the way in which stereotypes of class, gender and age are constitutive of the narratives of violence amongst inhabitants of a middle-class neighborhood. The main field is composed by Sao Paulo's Conselhos Comunitários de Segurança of Sao Paulo, councils where police, representatives of municipalities, residents, leaders of neighborhood associations and organizations of human rights come together to discuss their local problems.

Keywords: violence, political engagement, Conseg, stigma

Este artigo explora as relações entre narrativas da violência e participação política. Em particular, discute a maneira pela qual os *marcadores de diferenciação de classe, gênero e faixa etária* são constitutivos das narrativas da violência entre moradores de um bairro de classe média que participam de espaços públicos para a discussão da “violência”, do “crime” e do “criminoso” no âmbito local. A partir de uma pesquisa etnográfica em uma vizinhança da Zona Sul de São Paulo e no Conselho Comunitário de Segurança Pública (Conseg) nela localizado, discuto a maneira pela qual as práticas sociais e interações cotidianas podem contribuir significativamente para a classificação simbólica e a nomeação de *prostitutas, travestis e jovens pobres* como “agentes da insegurança”¹.

Recebido em: 30/01/09

Aprovado em: 26/02/09

¹ Este artigo aproveita dados de uma pesquisa de doutorado desenvolvida entre 2004 e 2009 junto ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais Unicamp, com financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Os Consegs congregam policiais civis e militares, representantes das subprefeituras e moradores em reuniões cuja finalidade é discutir, analisar, planejar e acompanhar as soluções relacionadas à segurança pública no âmbito local. Eles foram criados no estado de São Paulo por Franco Montoro (1983-1987) em 1985, no contexto de propostas para promover uma “mudança de mentalidades” nas polícias e estreitar a participação da sociedade civil na discussão sobre a segurança pública. Ao longo de mais de 20 anos de existência, os Consegs passaram por mudanças na composição de seus representantes e sofreram influência das políticas, das polícias e da sociedade².

A discussão que se segue retoma duas hipóteses desenvolvidas em um trabalho anterior (GALDEANO, 2009). A primeira, de que o “arsenal” de representações sobre a “violência” nos espaços públicos paritários tem toda relação com aproximações e distâncias dos grupos entre si e deles com os sujeitos nomeados como “perpetradores” da violência (Idem). As representações, imagens e narrativas da “violência” ganham terreno analítico fértil quando pensadas a partir de práticas sociais concretas como experiências políticas, trabalho, práticas religiosas e a vida nos bairros. Seguindo a ideia de que a efetividade da linguagem institucional vem “de fora” e que “há uma retórica que caracteriza todos os discursos institucionais” (BOURDIEU, 1991, p. 109), o suposto aqui é que a linguagem das instituições e pessoas que participam dos conselhos é produzida por meio das experiências, das interações e das lutas simbólicas do cotidiano nos espaços sociais.

Com base nas interações nos bairros e no Conseg, a segunda hipótese sustenta um quadro de mudanças e paradoxos no campo dos direitos humanos. Argumento que as articulações de conteúdos que coletei são indicativas de um cenário ambíguo nesse campo: por um lado, os moradores acionam a linguagem dos direitos e das leis para fazer suas reivindicações por segurança; por outro, esses mesmos discursos coexistem, em determinados contextos, com narrativas que se valem de estereótipos e preconceitos para reforçar a classificação simbólica de determinados grupos como perigosos. Tudo indica que as narrativas que se apoiam nos direitos humanos “organizam os vários discursos contemporâneos” (SORJ, 2004, p. 17), inclusive entre aqueles que fazem o uso de estereótipos de classe, gênero e idade na demarcação dos “agentes da insegurança”.

2 Abordei detidamente a história política dos Consegs, seus dilemas e disputas em outro trabalho (GALDEANO, 2009).

A literatura especializada abordou o tema das representações, imagens e narrativas da violência por vários matizes, tanto em perspectiva quantitativa quanto de um ponto de vista qualitativo, ora chamando atenção para a ausência de determinação da variável “classe social” nas representações da violência (ZALUAR, 1994 e 1999), ora levantando a hipótese de que “o arbítrio e a violência podem ser resposta do policial a demandas da população especialmente de baixa renda” (PAIXÃO e BEATO, 1997, p. 246), ou mesmo enfatizando narrativas em que prolifera a circulação de estereótipos criminalizadores entre moradores de todas as classes sociais (CALDEIRA, 2000). Contudo, a investigação das representações foi pouco utilizada para entender a violência, os preconceitos e o apoio às políticas no interior de espaços públicos paritários, sobretudo a partir de uma perspectiva etnográfica. Estudos com esse viés se tornam ainda mais relevantes quando se trata de considerar as propostas políticas cujo ponto de partida são “valores profundamente interiorizados na sociedade, que se explicam por meio de imagens de ordem e de modelos de atuação das autoridades públicas” (KANT DE LIMA, MISSE e MIRANDA, 2000, p. 55). Isso porque é preciso enfrentar a questão da segurança como um fenômeno complexo que envolve grupos sociais distintos, visando o controle negociado da “violência” a que estão submetidos³. Para Adorno (1998), a questão se coloca na investigação das redes de sociabilidade e do peso de “figuras de autoridade” nas comunidades, bem como do papel do Estado em sua complexidade e pluralidade de posições. Para o autor, as representações também escondem “uma miríade complexa e multifacetada de valores que torna praticamente impossível identificar consenso em meio a um profundo dissenso” (ADORNO, 1999, p.135). De acordo com essa perspectiva, um dos grandes constrangimentos para o êxito das políticas públicas de segurança está na dificuldade de se estabelecerem consensos mínimos sobre como a “lei e a ordem” devem ser instauradas (Idem).

3 A “violência”, mais do que um conceito, é um objeto a ser analisado (MACHADO DA SILVA, 2004; MISSE, 2006), o que significa compreendê-la em sua polifonia de sentidos e multiplicidade de manifestações (ZALUAR, 1999). Desse modo, este artigo segue a linha de estudos que relativizam “a violência” e investigam seus vários sentidos a partir de processos de atribuições de significados operados por representações sociais.

A primeira parte do artigo discute a sociabilidade e os fundamentos que conformam a “violência” em determinadas configurações de espaços sociais hierarquizados e heterogêneos. Em seguida, recorro à etnografia dos encontros do Conseg para indicar como as práticas cotidianas são reatualizadas nas narrativas coletadas nesse espaço participativo. Nos dois casos, o que está em pauta é um processo de atribuições de significados operado por representações sociais que perpassa os discursos sobre a violência, nele incluído o debate clássico sobre a maneira pela qual a determinados grupos são atribuídos “rótulos” (BECKER, 2008) e/ou “estigmas” (GOFFMAN, 2008), assim como a discussão brasileira mais recente que aponta para o processo mais específico de “sujeição criminal” (MISSE, 1999). Por fim, ao elaborar alguns achados da pesquisa, retomo outras reflexões teóricas para discutir o campo complexo que envolve a responsabilização de grupos seletos de moradores nos assuntos da segurança, suas demandas por punição, lei e ordem, bem como o quadro de mudanças e paradoxos do campo dos direitos humanos.

Os distritos, seus problemas e sua gente

O Conseg em análise circunscreve três bairros⁴: Campo Belo e Jardim Aeroporto pertencem à região político-administrativa de Santo Amaro; e Planalto Paulista é administrado pela subprefeitura de Vila Mariana. Os moradores mais assíduos nos encontros se reuniam em torno de duas “bandeiras”: o combate à prostituição de rua e em casas de massagem e aos barracos.

Próxima de áreas valorizadas com a verticalização de apartamentos de alto padrão, nos quais predominam moradores com trajetória de ascensão social, a região central de Campo Belo é considerada nobre. Os bairros “menos nobres” – Planalto Paulista nas imediações da Avenida Indianópolis e Jardim Aeroporto, próximo ao Aeroporto de Congonhas – são vistos como de classe média. No Planalto Paulista, há também presença de favelas e cortiços que conformam parte das hostilidades entre os moradores⁵. Ali, há ruas de classe média que se configuram como “zonas de fronteira”, na medida em que os residentes mais antigos convivem com barracos instalados em virtude de uma série de projetos urbanos que fracassaram em seu intento de transformar as zonas de favela em habitações de interesse social.

4 Em São Paulo, não há equivalência entre as áreas circunscritas pelas delegacias de polícia, definidas pela Secretaria de Segurança Pública, e que são base para a delimitação dos Consegs, e as áreas político-administrativas, desenhadas pela prefeitura. Dessa forma, é comum que determinado Conseg abranja mais de uma área administrativa do poder local, isto é, diferentes sub-prefeituras.

5 Em 2008, a região político-administrativa de Santo Amaro possuía 43 favelas, com o percentual de 3,20% da população em favelas. Em Campo Belo foram contabilizadas 23 favelas (SEM-PLA, 2008).

Os participantes do Conseg se definiam mais frequentemente como sendo de classe média e classe média alta, em geral filhos de funcionários modestos, militares e pequenos comerciantes, contando com parcela significativa de gente que ascendeu socialmente. Também havia um claro sentimento de que os bairros representados apresentavam heterogeneidades, sendo definidos pelos moradores como compostos por “classe alta, média, baixa e os pobres” (no caso de Campo Belo) ou sendo de “classe média para baixo, uma mistura de tudo” (no Planalto Paulista). Apenas esporadicamente alguns representantes dos favelados e dos jovens moradores compareciam aos encontros e, quando iam, os embates eram visíveis, como ficará claro mais adiante.

A significativa heterogeneidade na configuração desses bairros – um dado confirmado tanto pela literatura (MARQUES e TORRES, 2005) quanto pela pesquisa etnográfica – me leva a analisar as hierarquias sociais que os acompanham e a maneira como contribuem para iluminar as interações e as classificações simbólicas. Tal análise é importante na medida em que, como lembram Elias e Scotson (2000), as hierarquias presentes em um dado espaço social revelam tensões, conflitos e atritos que são componentes estruturais. Os mecanismos de distinção social concorrem para reforçar determinadas e diferentes hierarquias sociais que contribuem para interações sociais que separam “alguns moradores” de alguns “tipos de pessoas”. Vejamos como as hierarquias, relações sociais e sentidos das “violências” se conformam em função de, pelo menos, dois fatores: a posição social conferida pelo local de moradia e a relação com os sujeitos considerados “agentes da insegurança”⁶.

As mulheres diligentes da região central e o combate às casas de massagem

Os moradores que apresentam maior capital social e simbólico vivem na parte mais “nobre” do bairro, a região central de Campo Belo. As casas construídas por funcionários públicos modestos em chácaras loteadas, entre 1915 e 1940, deram lugar à verticalização do bairro, hoje compos-

6 As caracterizações dos bairros e os julgamentos sobre os públicos considerados “agentes da insegurança” se referem, evidentemente, às observações dos atores tipicamente envolvidos na discussão do tema no espaço participativo do Conseg em análise e portanto pródigos nos processos de atribuição de significados.

to por prédios de apartamento para a classe média e média alta (CASTRO, 2006). O bairro se tornou um híbrido entre essas habitações antigas e os empreendimentos imobiliários mais recentes. O comércio se desenvolveu, mas há um claro sentimento de declínio da qualidade de vida entre os moradores, fenômeno que seria consequência de prostituição, adensamento populacional, trânsito tumultuado, poluição e falta de áreas verdes. Enquanto os bairros vizinhos – Moema e Itaim – consolidaram-se como bairros privilegiados pela proximidade do Parque Ibirapuera e pela intensa vida boêmia, Campo Belo desenvolveu um tipo de lazer considerado inferior pelos moradores – “Bar, Bingo e Bordel” – e a “mistura” com a população pobre e “favelada”.

Os habitantes da região central do bairro estavam relativamente preservados do contato cotidiano (para eles, indesejado) com os “favelados”, que residiam mais ao sul do bairro, na Avenida Águas Espraiadas. Mas, como residentes, não se sentiam completamente liberados do convívio com os cortiços que ocupavam as casas mais antigas da área e das casas de massagem – “pequenas, vulgares, barulhentas”, nas palavras de uma entrevistada –, consideradas bordéis disfarçados que exploram a prostituição infantil, “o câncer da região”, de acordo com um delegado.

Duas moradoras de Campo Belo, ambas com mais de 50 anos, cujas trajetórias são marcadas pela ascensão social, apresentavam-se como as dirigentes nos encontros do Conseg. Essas mulheres expressavam seus descontentamentos com a configuração atual do bairro com tamanha convicção e força persuasiva, que grande parte dos demais participantes as consideravam diligentes e tendiam a concordar com a maneira como os problemas do bairro eram colocados. Esse grupo era representado por Vera, presidente da primeira gestão do Conseg que acompanhei, 54 anos, neta de militar, e Luíza, advogada, aproximadamente 60 anos, filha de imigrantes europeus, defensora do movimento antiaborto por meio de sua participação como representante de uma entidade de classe, sempre ovacionada por suas sugestões para resolver os problemas pela via do Judiciário. Devido ao capital político de Vera e a linguagem jurídica acionada por Luíza, elas eram consideradas as oradoras privilegiadas quando

se tratava de fazer conexões entre a insegurança, os altos impostos e a ineficiência das instituições públicas para resolver os problemas do bairro. Nesse tipo de associação, os moradores de classes média e alta se colocavam como os demandantes da segurança.

Na tentativa de desmobilizar as casas de massagem e a prostituição de rua, Vera acionava a imprensa escrita para chamar a atenção para o problema do aliciamento da prostituição infantil. Segundo ela, a imprensa era um instrumento que funcionava. Entre 2005 e 2007 várias matérias do jornal *Folha de S. Paulo* tiveram como temática a exploração infantil na Zona Sul⁷. Ela também participou de um programa de TV para debater o problema dos bordéis que se apresentavam como estabelecimentos comerciais, como o Hotel Bahamas, de propriedade de Oscar Maroni, preso em 2007 sob a acusação de favorecimento e exploração da prostituição, formação de quadrilha e tráfico de pessoas.

Luíza conquistou o respeito dos moradores em virtude de sua atuação junto ao Judiciário. Ela entrou com alguns processos no Ministério Público para conquistar o fechamento das “casas de massagem”, alegando a aplicação efetiva da lei de zoneamento urbano do bairro, pois, se seguida, esta impossibilitaria a existência de imóveis sendo usados para fins comerciais, como era o caso dos estabelecimentos em questão. Ela também foi a advogada contratada por pessoas de classe média do Jardim Aeroporto que demandavam a legalização de um muro construído com recursos próprios para separá-los dos barracos e recicladores de lixo.

A rua de classe média e o problema dos barracos: uma “zona de fronteira”

Os moradores do Jardim Aeroporto se definiam como sendo de classe média e residiam nas proximidades da Avenida Washington Luís, já na parte de trás do Aeroporto de Congonhas e da Avenida Águas Espraiadas, mais ao sul da parte central de Campo Belo. Estabeleci maior contato com Silvia, aproximadamente 55 anos,

⁷ Algumas delas trataram dos bairros em análise em matérias especiais intituladas “Infância Perdida”. Outras, abordaram o aumento das casas de prostituição na região e o incômodo dos moradores. Por exemplo Tasch (11/05/2005).

professora, que frequentava o Conseg havia dois anos para resolver o problema das “invasões de barracos” em sua rua. Essa rua representa um espaço de “fronteira” no qual moradores de classe média e de barracos convivem de forma hostil.

A moradora passou a adolescência nessa rua, quando os pais vieram do interior para montar um pequeno comércio: “Quem não trabalhava na loja, trabalhava em casa”. A chácara grande, que “ficava com os vidros abertos o dia inteiro”, deu lugar a terrenos loteados, com habitações de classe média. Depois de casada, Silvia mudou-se para uma das casas nessa mesma rua. Entre as décadas de 1970 e 1990, o processo de equipar a casa com aparatos de segurança foi ampliado (eivar a altura do muro, colocar grade e chapa no portão), já que “a segurança estava arriscada”, segundo ela, por conta da presença dos moradores da favela, que cometeriam furtos.

O drama de Silvia e seus vizinhos se agravou quando os moradores das favelas “subiram” para os terrenos particulares, em virtude de um incêndio. Nesses terrenos foram construídos barracos e um ferro-velho, cuja atividade era a reciclagem de lixo. Os moradores dos barracos recebiam materiais recicláveis ou reutilizáveis trazidos pelos carroceiros. A separação do material era feita na rua. Silvia reclamava da sujeira e de objetos que eram deixados em frente à sua casa. Por conta das demandas feitas ao Conseg, a subprefeitura passou a limpar o terreno e enviar caminhão itinerante de coleta de lixo reciclável. Mas o problema, de acordo com a entrevistada, não seria resolvido apenas com ações para limpar ou organizar o espaço para a reciclagem. O grande empecilho estava na interação entre ela e os moradores do barraco, marcada por tensões e conflitos. Ela e seu marido começaram a receber ameaças: galinhas degoladas no quintal, vidros apedrejados e ameaças de ter a casa metralhada. A moradora chegou a discutir com o dono do ferro-velho que, segundo ela, trazia “gente do norte” para alugar barracos que ele mesmo construía:

Silvia: Uma vez eu fiquei atacada. O meu marido e as minhas irmãs ficam atacados comigo porque eu me exponho demais. Mas você chega num limite e já passou do seu limite. Outro dia eu descí lá e fui falar com o homem do ferro-velho.

AP: O que você falou pra ele?

Silvia: Eu falei pra ele que do jeito que estavam as coisas não podiam continuar. Que eu entendia que ele tinha que trabalhar, mas ele tinha que me respeitar. Olha como está a minha casa! Aí o favelado veio, ouviu: “Esse pessoal que... Porque mora numa casa melhor acha que pode tudo, mas não pode, não.” Uma das ameaças foi por causa da reclamação do “gato” [*ligação clandestina de energia elétrica*], que eles apedrejaram a casa que era pra aprender a não reclamar deles. Depois, como se não bastasse, disse que apedrejaria a casa. Outra vez, logo em seguida, eles fizeram um despacho e jogaram lá, bem onde entra com o carro: apareceu um frango com o pescoço cortado, degolado. Por que eles não aproveitaram pra comer já que eles morrem de fome? E é assim (...). É assim. Mas você não pode se confrontar com eles, porque você leva a pior. Tanto é que esse dono do ferro-velho, ele falava declaradamente: “Vocês são em dois e nós somos em 300.” Isso não é ameaça?

Ela “bate-boca” com o morador da favela que a acusa de “poder tudo” porque ela mora em uma “casa melhor”. Na interação com os moradores de barraco, ela se vê como vítima de ameaças porque está em uma situação econômica melhor e obrigada a conviver com pessoas que considera inferiores, que, vindas “do Norte”, “morrem de fome”, o que indica que o preconceito em relação a pessoas pobres provenientes do Norte e Nordeste é uma forma de discriminação (O’DOUGHERTY, 1998; CALDEIRA, 2000). Ela considera que sua posição de superioridade frente a eles resulta do “trabalho da vida inteira” enfrentando o trânsito, acordando cedo, enquanto os moradores da favela não querem enfrentar as dificuldades típicas dos demais trabalhadores da cidade.

Contudo, essa posição de superioridade é relativizada quando Silvia interage com os moradores que frequentam o Conseg. Em relação a eles, ela se coloca em posição inferior, em função da desvalori-

zação das casas de sua rua. Durante suas narrativas nos encontros nos quais descrevia os dramas vividos nas relações interpessoais com os moradores de favela, ela era alvo de chacotas e desqualificações: “Nossa, parece descontrolada!” Ao mesmo tempo, suas falas mobilizavam o apoio de outros moradores e inflamavam o desgosto coletivo pela convivência com os pobres. Em um dos momentos em que ela reclamava da falta de higiene dos moradores de barracos e do tráfico de drogas, alguns moradores diziam: “Tem que matar esse povo” ou “Tem que contratar uns pistoleiros”. Nesse sentido, relações de aproximação e distância se faziam presentes ao mesmo tempo. Se, por um lado, alguns moradores se identificavam em torno da intolerância em relação aos moradores de favelas – chamados sempre de “sujos”, “incultos”, “bandidos” e, não raro, “nordestinos” –, por outro, também se diferenciavam quanto à maneira (mais ou menos próxima) de se relacionar com os públicos considerados “agentes da insegurança”. Diferentemente de muitos moradores, Silvia não apenas morava na mesma rua que os “favelados”, como se relacionava com eles.

Estava claro que os moradores do Jardim Aeroporto não se consideravam como pertencentes à mesma fração de classe dos moradores da região central de Campo Belo. Retomando a noção de classe social indicada por Bourdieu (1987)⁸, os moradores da rua da classe média não ocupavam a mesma posição no espaço social, não dispunham de condições materiais equivalentes e apresentavam diferentes experiências com os moradores de favelas. Enquanto os moradores da classe média alta de Campo Belo se sentiam mais próximos dos bairros nobres da cidade, os moradores da classe média tinham a clara sensação de que sua renda não era compatível para arcar com o custo de vida das áreas mais valorizadas. Ao mesmo tempo, as diferenças entre Silvia e os moradores de barraco era, em sua opinião, que ela se contentava com o que tinha e os pobres não se resignavam em viver dentro dos limites da pobreza. Em outras palavras, ela declarava que aceitava sua inferioridade, enquanto os pobres, não:

8 Para o autor, a análise da configuração das classes não é determinada puramente pelo econômico. O espaço multidimensional leva em conta a descrição dos diversos tipos de capital (econômico, social, cultural e simbólico), que são princípios de diferenciação presentes em dado universo social. A formação de uma classe, ou de frações de classe, tem toda relação com disposições de aproximação ou distância entre indivíduos – é, portanto, relacional – e habitus compartilhados entre grupos sociais. “Classe social” não é uma coleção de propriedades – gênero, idade, origem social, etnicidade, ocupação etc. –, mas a estrutura de relações entre todas essas propriedades e os efeitos que cada uma delas exerce nas práticas sociais (BOURDIEU, 1987).

Mistura entre a classe pobre e a classe média só fomenta o desejo de ter mais que ele [*o pobre*] tem. Ele pode ter, mas ele não quer trabalhar, ele quer conseguir fácil. Se não consegue fácil, ele vai tirar de você. Foi o que eu falei pra eles: “Por que eu não vou morar no Jardins? Porque eu não tenho condições de bancar o Jardins”. Eu tenho que estar onde eu posso bancar a minha sobrevivência. Se eu for morar no Jardins, o pãozinho não custa o que eu pago aqui, o sorvete (...). Então começa a crescer o olho de querer o que o outro tem. Tudo bem, ele tem todo direito de ter o que o outro tem, só que ele tem que trabalhar para aquilo. Você não pode querer o que o outro tem sentado em casa, tomando cerveja, bebendo o dia inteiro, sentado na calçada. É o que eles fazem. Você sai pra trabalhar e elas [*as mulheres residentes nas favelas*] estão ali sentadas embaixo da árvore com uma garrafa de cerveja, ou bebendo cerveja, se drogando, que é o que eles fazem aí.

Entre os fatores que aproximavam moradores com diferentes capitais, o desagrado em relação à “mistura” era preponderante. Às vezes, Silvia usava palavras de baixo calão para narrar seus problemas, dizendo, por exemplo, que as mulheres das favelas “trepam o dia inteiro”, o que era reprovado e considerado um linguajar impróprio para o encontro. Mas, por outro lado, muitos concordavam que a “mistura” era um problema. Embora houvesse distâncias entre Silvia e os moradores da região central de Campo Belo marcadas pela proximidade física com os barracos, o “problema das favelas” reforçava a aproximação dos moradores que, a par de suas próprias diferenças, aspiravam à distância em relação aos pobres do bairro.

Entre “palacetes” e casas operárias: a prostituição de rua

Para me deslocar até a reunião, encontrei-me com Regina em frente à sua casa, um sobrado geminado localizado em rua que lembra vila operária, no bairro Planalto Paulista [*nas proximidades do bairro São Judas, mais pobre e com intenso fluxo de comércio ambulante*]. Lá estava outra moradora, Claudia. Entramos no carro e nos dirigimos à casa da presidente da Associação de Moradores do bairro, Elvira. Ao chegarmos, a motorista disse se tratar do pa-

lacete da [Elvira], uma casa localizada no mesmo bairro, porém afastada da avenida e com arquitetura mais moderna. Quando a presidente entrou no carro, mais uma vez, a motorista comentou se tratar de um palacete. Elvira respondeu: “Vocês não sabem o que é um Palacete!” Seguindo o trajeto, a caminho da reunião, passamos por ruas com grande movimentação de prostitutas e travestis. Na medida em que avistávamos a movimentação entre clientes e profissionais do sexo, as mulheres relatavam o desconforto com a situação. “Que horror!”, “Olha o travesti que eu te falei...”, “Outro dia tinha um com a ‘coisa’ para fora”, “Eles fazem cocô no chão”. Durante a reunião do Conseg, Elvira, a “dona do palacete”, indicou que os problemas do seu bairro e de suas amigas – “do lado de cá da ponte” – eram maiores que dos outros bairros (Campo Belo, Moema e Brooklin). (Diário de Campo)

O bairro Planalto Paulista, pertencente à subprefeitura de Vila Mariana, apresenta um híbrido de ruas com casas que lembram vilas operárias e habitações de classe média alta. O trecho acima chama atenção para as hierarquias sociais que se configuravam entre os moradores do mesmo bairro e desses com os demais participantes do Conseg. Ainda indica o desconforto das moradoras em relação à prostituição. Planalto Paulista é um bairro conhecido em São Paulo pelo grande fluxo de prostituição de rua, o que tem conformado as hostilidades entre moradores, prostitutas e travestis desde a década de 1970. Tal qual ocorre com o problema dos cortiços e favelas, a prostituição é um problema moral, visto também como vinculado a outros tipos de ações ilícitas: assaltos, roubos e tráfico de drogas. Segundo os relatos que ouvi, as travestis seriam “comparsas dos bandidos que assaltam as casas”, “consumidoras de drogas” e “vendedoras ilegais de bebida alcoólica” – o que as convertiam, no imaginário dos moradores, em “tipos sociais” potencialmente criminosos.

O grupo de moradoras assíduas nos encontros do Conseg era representado por mulheres filiadas a uma associação de bairro e interessadas em resolver o problema da prostituição de rua na Avenida Indianópolis. A associação já tinha contato com as polícias e os poderes públicos para resolver problemas que, em seu

entender, poderiam coibir a prostituições, tais como a Lei de Zoneamento Urbano e mudanças no plano viário. Em 1992, por exemplo, as moradoras se reuniram em um encontro para discutir o “problema da prostituição” com as autoridades policiais, entre as quais o delegado Romeu Tuma. E, em 2003, por meio de um pedido direto da associação a um delegado, houve uma “operação gigantesca” envolvendo policiais civis e militares em que foram detidas mais de 100 travestis para “averiguação”, das quais 40 foram presas. O episódio rendeu o afastamento do delegado, motivado por um processo de discriminação de gênero movido pelo Grupo Gay da Bahia, coordenado pelo antropólogo Luis Mott.

De acordo com um morador, a prostituição teria iniciado no bairro na década de 1970, apenas com mulheres e não travestis. Nesse período, embora se tenha notícia da morte de um morador, agredido fisicamente por uma prostituta, a sensação era de que o bairro ainda era tranquilo. No início da década de 1980, as travestis (tratadas por “eles” pelo morador), que são “mais violentos, escandalosos e andam armados”, teriam migrado para o bairro, o que teria favorecido a sua verticalização. Ainda no início da década de 1980, teria ocorrido a primeira mobilização da sociedade civil para acabar com o problema: os vizinhos reuniram-se numa igreja e decidiram confeccionar faixas com a frase: “Você está sendo filmado”. A intenção era atingir os clientes, fazer vigília para anotar as placas dos carros e desmotivar o comércio sexual, ligando para as famílias e os delatando. Ao explicar sobre o êxito desse tipo de estratégia, um morador disse que “os clientes que procuram os travestis não são ativos, são passivos, então a gente ligava para as famílias, para atingir o consumidor. Eles não voltavam mais”. Os moradores se queixam de não poder andar na rua, de terem vergonha de receber parentes e visitas diante da imoralidade provocada pela prostituição e, no caso das mulheres, de serem confundidas com as prostitutas.

Os próprios moradores do Planalto Paulista pareciam diferenciar as regiões a partir do tipo de prostituição do local. Eles associavam formas mais “vulgares” aos “piores” bairros.

Elvira: Porque você pega da parte da São Judas até onde a Regina mora, os travestis ainda não puderam pôr silicone, são maltratadinhos, são bem pobrinhos ainda, e você vem aqui pro lado da Indianópolis, eles estão parados em carros importados, mesmo as prostitutas.

Outra moradora: É, eles têm carros importados, vison, cachorrinho, brilhantes.

Não era de estranhar, portanto, que houvesse distinção entre o *status* das regiões em função do tipo de prostituição. Na comparação (sempre relacional) entre o bairro mais rico e o bairro mais pobre, as travestis do primeiro usam “carros importados, vison, cachorrinhos, brilhantes”, enquanto no segundo os diminutivos “maltratadinhos” e “pobrinhos” são usados para indicar a inferioridade das travestis frequentadoras. A oposição entre as travestis remete à distinção entre as casas operárias e o “palacete” referido no início do tópico. Tudo leva a crer que as diferenciações entre os bairros eram feitas de forma corriqueira entre os moradores, que acordavam tacitamente com essas diferenciações utilizadas cotidianamente nas relações sociais que se estabeleciam no bairro.

As zonas ativistas: os representantes dos favelados e dos jovens pobres

Eventualmente, alguns ativistas organizados na defesa das favelas e dos jovens infratores frequentavam os encontros. Exemplos contundentes dessa configuração são as presenças de Laís – líder comunitária de uma das favelas da região – e Júlio e Francisco – educadores sociais de um Centro de Direitos da Criança e Adolescente (CEDECA-Santo Amaro) que atende jovens em cumprimento de medida socioeducativa (liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade).

Laís se aproximou do Conseg em 2005 para buscar parcerias e promover alternativas de geração de renda. Teve apoio do conselho por meio da presidente, Vera, e de uma associação de moradores do Campo Belo representada por Fausto, advogado, entusiasta de cooperativas de

reciclagem e crítico ferrenho da chamada “máfia do lixo” – um esquema de corrupção que, segundo ele, é “histórico” e funciona com o financiamento de empresários para campanhas políticas. Pela via do Conseg e da associação de moradores, Laís se aproximou de uma ONG que atuava na favela e foi uma das protagonistas na formação de uma cooperativa. Com o passar do tempo, a composição inicial da ONG foi alterada e “dominada” por um grupo partidário que se aproximou de outras lideranças da favela. Laís e Fausto se desligaram da organização⁹.

Em 2007, Laís retorna ao Conseg em razão da remoção de barracos das favelas, que se torna objeto da política municipal. De acordo com Fausto, os moradores das favelas estavam “desesperados”, com toda a razão, com as mudanças que foram impulsionadas pela Operação Urbana Águas Espreadas. Tal operação, encaminhada para a aprovação do Legislativo em 1991, na gestão da prefeita Luiza Erundina, passou por uma série de reformulações nas gestões posteriores, sem, contudo, ter garantido a urbanização das favelas. Em 2007, durante a pesquisa de campo, a remoção foi efetivamente realizada por meio da Operação Saturação – em que várias forças policiais ocupam favelas por período de quarentena, com o objetivo oficial de combater o tráfico de drogas, promover o desarmamento e aproximar polícia e comunidade. Após a operação, os moradores não tiveram alternativas de moradia em habitações populares e receberam uma quantia em dinheiro (R\$ 5.000,00) para refazer a vida (a grande maioria, em outras favelas).

Júlio e Francisco, educadores do CEDECA-Santo Amaro, visitaram o Conseg com vistas a conhecer o “estado da arte” das discussões e buscar apoio da população para enfrentar os estigmas que meninos de rua e jovens em medida socioeducativa vinham sofrendo no centro de Santo Amaro junto a comerciantes, guardas civis metropolitanos e policiais. Com vínculos no Movimento Negro, Julio era educador-social de jovens em medidas socioeducativas. Francisco assumira recentemente a coordenação desse CEDECA após ter coordenado um movimento por habitação popular entre moradores de uma favela – tendo conquistado a sua casa e as de mais de 160 famílias – e se inserido no Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente a partir de seu trabalho como professor da rede pública de ensino.

9 Fausto se recusou a admitir “esse tipo de [grupo político] fanfarrão tomando conta dessa associação”. Laís se retraiu porque a ONG se aliou a outras lideranças, entre as quais uma moradora que disputou com ela, e ganhou, as eleições para o Conselho Tutelar.

Os encontros: narrativas sobre a prostituição e os barracos

Até aqui, realizei uma descrição da heterogeneidade dos espaços sociais a partir dos moradores e grupos que participam dos conselhos. Enfatizei alguns elementos de suas histórias de vida e trajetórias profissionais, bem como as diferentes relações de aproximação e distância entre eles e os públicos por eles considerados “agentes da insegurança”. Ao localizar as narrativas no espaço e tempo dos moradores, variáveis tais como local de moradia e relação com os supostos “perpetradores” da violência conformam parte das hostilidades na sociabilidade local¹⁰. As clivagens entre os grupos são múltiplas e as distinções entre eles, aqui tratadas, não encerram, de forma alguma, a heterogeneidade no interior desses bairros. Nessas passagens, também se nota como as interações sociais e as práticas locais acabam por inserir prostitutas e moradores de barracos e favelas em processos de “sujeição criminal”¹¹.

Outra constatação importante é que a “violência”, na visão da população de qualquer classe social, não se limita aos atos criminais. Para os moradores, questões que envolvem algazarra de vizinhos, prostituição, lei de zoneamento urbano, entre outras, são considerados assuntos que interferem na “violência” e contribuem para a caracterização do “problema social da insegurança” – uma categoria êmica cujos significados estão relacionados às práticas sociais dos moradores (GALDEANO, 2009). A análise dos dados etnográficos coletados no Conseg entre 2005 e 2008 também evidencia como as práticas sociais e a sociabilidade no bairro são atualizadas nos espaços de discussão da violência no plano local.

Em um encontro do Conseg em 2007, uma moradora do Planalto Paulista pediu mais viaturas e policiamento, já que o sentimento era o de que o bairro estava ao “deus-dará em virtude de assalto, furto de veículo e residência”. Ela identificou uma rua em que teriam havido três tentativas de assalto. Ressaltou que estava pedindo “para a segurança e não para a prostituição”. O capitão da Polícia Militar afirmou que o sentimento de crescimento de insegurança da mora-

10 Ao pesquisar as relações entre narrativas, violência e configurações locais, Das pretendeu ver a relação entre um evento e o cotidiano, localizando-o em termos social e temporal, entendendo que a “localização pode ser definida como a construção de referências que nos permite situar vários programas de narrativas de um discurso em relação ao espaço” (DAS, 2007, p. 252). Para uma discussão rica sobre sociabilidade e violência ver Machado da Silva (2004) e Misse (2006).

11 De acordo com Misse (1999; 2008), o processo de “sujeição criminal” se refere à incriminação de tipos sociais vistos como potencialmente criminosos. Embora esse processo também se referira aos rótulos e estigmas, a “sujeição” vai além deles, pois “realiza a fusão plena do evento com seu autor”, mesmo que o evento não tenha ocorrido. Além disso, supõe “um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um ‘espírito’ que lhe tomou o corpo e a alma” (MISSE, 2008, p. 320).

dora era real, já que o bairro teria tido “20% a mais de furtos e mil autuações de veículos” naquele período. Outra moradora reivindicou mais policiamento para inibir o funcionamento de bares ilegais e prostituição, e forneceu endereço e número de uma casa que seria um prostíbulo aliciador de adolescentes.

Nessas narrativas, duas motivações diferentes são acionadas. A primeira diz respeito ao aumento real de crimes. A segunda, à conversão do problema moral em ato criminal. A primeira moradora reivindica mais policiamento, valendo-se do argumento, confirmado pelo policial, de que os números de furtos e roubos estão aumentando. A segunda associa a insegurança à casa de prostituição, e a casa de prostituição ao aliciamento de menores de idade.

A prostituição – quer de rua, quer em casas – é vista como degradante para o perfil residencial do bairro, desvalorizando os imóveis e incomodando os moradores. Na medida em que o tema se enquadra em um assunto de difícil solução, aumentam os apoios pela vigilância dos clientes, por um lado, e o apelo à defesa de jovens aliciadas pelos cafetões através da denúncia da prostituição infantil, por outro. Os moradores aprenderam que seria difícil resolver esse problema reivindicando o direito individual à segurança, e que enquadrar o problema na prostituição infantil seria uma forma mais eficaz para garantir mais aliados, incluindo a mídia e a legislação penal.

A ênfase dos moradores na prostituição infantil parece ser uma estratégia para alcançar mais visibilidade e intervenção do poder público. Há uma tendência a usar a prostituição infantil como modo de incitar o “pânico moral” – um conceito inspirado nas análises da sociologia britânica da década de 1970 e utilizado pela antropologia feminista e pela historiografia *gay* para dar conta das ansiedades construídas em torno das questões sexuais (PISCITELLI, GREGORI e CARRARA, 2004). De acordo com os autores, tal ansiedade suscitaria propostas políticas que utilizam o sexo à maneira de um veículo para expressar outras preocupações, como a suposta decadência moral ou a desorganização social.

O apoio ao desmantelamento da *prostituição* infantil não parecia ter relação direta com os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Referia-se mais à tentativa de encontrar “brechas” na legislação para que seus interesses prevalescessem. Uma das moradoras sugeriu à polícia, em vários encontros, que os clientes fossem parados em batidas policiais e autuados por eventuais irregularidades em seus veículos, o que, segundo ela e tantos outros moradores, poderia ter efeitos na diminuição da prostituição.

Na discussão sobre “o problema da prostituição” a expansão da linguagem dos direitos é evidente quando os moradores demandam o direito ao respeito da lei de zoneamento de seu bairro, reivindicando o fechamento das casas de prostituição e a desarticulação da prostituição infantil. Ao mesmo tempo, os limites do que entendem por direitos emergem quando os moradores desobrigam-se de levar em conta os direitos civis e políticos das prostitutas e travestis. Essa ambiguidade é clara na fala de Vera, que usa o discurso dos direitos para proteger as vítimas de prostituição infantil e o direito dos moradores de usufruírem o direito à cidade, sem reconhecer as demandas particulares e a participação política dos representantes das prostitutas no Conseg:

(...) Eu não sou contra [a prostituição]. Eu não tenho nada contra as prostitutas, o corpo é delas e elas fazem o que quiserem com o corpo. Só que eu preciso dormir, ter a minha vida, e elas não deixam. Então se elas quiserem se prostituir num lugar que não atrapalhe, perfeito! Mas na porta da minha casa, não dá. (...)

AP: E tem muita coisa irregular lá?

Vera: Claro que tem. Exploração sexual é crime. É o que ele [*refere-se a Oscar Maroni, dono da boate Bahamas, também candidato derrotado às eleições para vereador em São Paulo*] diz: “Eu não tenho nada que ver com isso.” A prostituta vai lá e frequenta. Eu sei que ela frequenta, mas o que ela faz não é nada comigo. Mentira, porque ela está lá e ele está ganhando o [*dinheiro*] dela [*da prostituta*]. Vai dizer que ela vai usar o espaço dele e ele não vai receber um tostão dela? Não existe. Então é conversa pra inglês ver. (...)

AP: Eu queria que você comentasse em relação a como essas instituições [policiais e o poder municipal] respondem.(...)

Vera: Olha, eles estão anestesiados. Existe também uma justiça lenta, conivente. É o seguinte, a indústria das liminares, de tudo. Então hoje, quando você tira uma prostituta ou um travesti que está em atitude não permitida, nua ou com gestos, você leva pra delegacia e imediatamente aparece a ONG das prostitutas negras, das vesgas, da verde, da amarela, pelos direitos delas. Todas pelos direitos delas. Aí consegue um *habeas corpus*, foi um abuso de autoridade. Então, o que está acontecendo com as nossas autoridades? Eles não vão lá, porque sabem que vai ser um problema para eles, porque não tem um poder que dê respaldo pra ele. Está faltando um poder maior que segure isso. Ninguém está pedindo para agredir, para bater. A gente está pedindo é para que se possa viver na cidade da mesma maneira que eles. Tipo assim: “Ah, mas se o travesti estiver na rua, ele pode trafegar aonde ele quiser, é o direito de ir e vir.” Tá, tudo bem. Eu vou passear com o meu filhinho de 7-8 anos?

É claro na fala de Vera o desânimo causado pela insuficiência de respostas para resolver os problemas dos moradores dos bairros de Campo Belo e, especialmente, do Planalto Paulista. É legítimo que moradores demandem por qualidade de vida, por segurança, que procurem a polícia quando há ato obsceno, brigas, roubos e, até mesmo, que eventualmente questionem a mobilização política das ONGs ligadas à defesa dos direitos da prostituta e da travesti. No entanto, os movimentos ligados ao público GLBTT não são mencionados como possíveis interlocutores. Vera, que era presidente do Conseg na época da entrevista (e defensora da “pluralidade da representação política”), não menciona a possibilidade de participação desses organismos de defesa, para os quais algumas das reivindicações são, exatamente, os abusos nas abordagens policiais e a violência praticada pelos civis. Ao ironizar que existem ONGs que defendem uma diversidade de particularidades, “das prostitutas negras, das vesgas, da verde, da amarela”, a moradora sugere que as reivindicações desse público importam pouco. Outros moradores lançam mão do mesmo argumento, como aconteceu nesta entrevista com as moradoras do Planalto Paulista:

Claudia: Porque o problema... Com as prostitutas mesmo você não pode fazer nada, apesar de que eles [os policiais] chegavam na esquina e mandavam passear. Então ele [o policial] pegava, fechava toda a rua e parava os clientes. Os clientes você pode revistar, deixar lá meia hora lendo o estatuto. É uma forma de você afugentar, mas eles não vão fazer isso todos os dias. Por exemplo, o ponto do Planalto Paulista é um ponto bom, então elas voltam. Vêm outras que você não sabe de onde vêm... Sempre tem prostitutas diferentes. São as mesmas que passam vinte e quatro horas na rua... Não sei que horas elas dormem.

Fernanda: E agora com esse grupo de direitos humanos de defesa GLS, né?

AP: GLS, o GLBT agora, né?

Fernanda: (...) Se o policial se excede um pouquinho, já imediatamente tem um delegado já na delegacia aguardando pra soltá-los, e não pode haver nenhuma violência, porque eles, já em seguida, mandam um processo em cima do delegado. Eles se unham, eles se machucam – os *travestis* –, pra dizer que eles foram agredidos pelos policiais.

AP: É mesmo?

Fernanda: Eles sequer encostam a mão neles [travestis]. Eles mesmos se unham assim, se apertam pra ficar roxo, pra dizer que o policial pegou e... sabe?

AP: Você já viu isso na rua?

Elvira: Eu não posso falar porque...

Fernanda: Já vi guarda pedindo por favor pra assaltante deitar no chão (...). Há policial com revólver e: "Por favor, deite no chão". Não tem cabimento.

Claudia: O teste [foi] quando [o delegado] fichou todos os travestis (...). Ele levou um processo de um grupo da Bahia, Elvira?

Elvira: É, ele está com um processo. É daquele Luis Mott, aquele baiano.

Fernanda afirma que “se os policiais se excedem um pouquinho” as travestis simulam provas para a comprovação de tortura em exames de corpo de delito. A violência policial é tolerada. As moradoras se referem ao episódio já mencionado e reclamam implicitamente das instituições ligadas ao movimento GLBTT, que buscam medidas judiciais para garantir os direitos das prostitutas e travestis. Outra moradora afirma não poder falar sobre o assunto, mas em outra passagem da entrevista ela criti-

ca a expansão da Parada Gay em São Paulo e seu caráter “imoral”. O teor das falas mostra a tentativa de deslegitimar os direitos civis e políticos das prostitutas e travestis, quando as moradoras concordam que processos movidos pelos ativistas “atrapalham” o serviço da Polícia Civil.

Após a discussão da prostituição, os moradores do Jardim Aeroporto lançaram um tema frequente e o mais caloroso da noite: “roubos de fio, ‘gatos’ de TV a cabo, barracos, carroceiros estacionados nas ruas e o aparecimento de caminhões para transportar ferro-velho e fios na madrugada”. O representante da subprefeitura argumentou que havia sido montada uma grande operação para “relocar” [sic] os moradores dos barracos, mas que o processo era lento e exigia cadastramento das famílias e vagas em habitação popular.

O reconhecimento, por parte das autoridades públicas, tanto dos policiais quanto das subprefeituras, de que suas ações são insuficientes para dar conta do problema perturba a população, que argumenta cumprir seus deveres como cidadãos, pagando impostos, sem ter o direito à segurança garantido. É emblemática dessa visão a fala política de Luíza, advogada diligente da região central, segundo a qual “os não carentes são os mais onerados” e o “jovem do barraco” tem mais respeito que os “trabalhadores”. Em um momento do encontro, a moradora afirmou, comentando sobre a ocupação de moradores em um terreno baldio:

(...) nossos trabalhadores, que pagam impostos, não têm o respeito que o jovem do barraco tem. Por que eles não vão para a periferia, que é onde nossos trabalhadores estão? Porque favorece a clandestinidade! Se queremos ajudar, é não ter pena e agir na lei, [senão] teremos uma situação como no Rio de Janeiro. (...) Como uma mulher que não zela pela propriedade não é autuada, não paga nada? Apenas entrei com representação [no Ministério Público], porque vou entrar com uma ação contra a proprietária e a prefeitura, que está sendo omissa em nome da coletividade. (...). Quando um sujeito resolve se instalar em um terreno baldio, nós devemos pagar? São pessoas carentes, sim, mas os não carentes são os mais onerados. É a sociedade, o civil. O que se faz com essa gente? Meu Deus! Se ele afronta o poder

12

público, ele está para ser punido. Não é porque é pobre. Ele tem TV, celular... Não é porque ele é pobre que não tem que pagar. O que a prefeitura está protegendo? Esse indivíduo tem o direito de importunar todo mundo?

A moradora pontua o que parece ser o interesse da dona do terreno de não zelar pela propriedade, “facilitando” as ocupações com vistas a uma futura desapropriação da área. Luíza, como advogada, afirma que entrará com uma representação no Ministério Público contra a proprietária e a prefeitura. Mas ao se defrontar com a complexidade do problema, ela força conexões entre pobreza, criminalidade e a questão social da habitação. Em seu ponto de vista, os trabalhadores que vivem em conjuntos habitacionais na periferia são “prejudicados” porque pagam impostos, enquanto os jovens do barraco nada pagam, vivendo como clandestinos em relação ao fisco. Nesse julgamento, a “clandestinidade” é restrita a uma determinada faixa etária e classe social (os jovens pobres e favelados). Essa parcela da população estaria, ainda, relacionada com a criminalidade e prestes a transformar as favelas em zonas de conflito, tal qual se vê em “situações como no Rio de Janeiro”, o que, aqui, é uma referência ao tráfico de drogas. Ela também se incomoda com o fato de que os pobres adquirem bens materiais, o que supostamente indicaria que eles “podem” pagar impostos, mas preferem viver como “clandestinos” e investir, a seu ver erroneamente, em TV, celular etc. Outra associação é dizer que as piores consequências das favelas recaem sobre a “sociedade”, os “civis”, como se os moradores de favelas nada tivessem a ver com a sociedade civil.

Aqui, o discurso do “cidadão que paga imposto” é indicativo de distinção de classe e suposta condição para a cidadania. Como indica Zaluar (1994), ao tratar das questões que articulam pobreza e questão social, o discurso do contribuinte estabelece os critérios de cidadania ancorada nos deveres. Não há, portanto, “uma ideia de comunidade política à qual todos se submetem, mas da qual todos participam” (ZALUAR, 1994, p.191). A cidadania é uma questão de deveres e não de direitos: quem paga mais merece mais, quem paga menos merece menos.

Durante a discussão dos barracos, Laís, a representante das favelas, retrucava os dados trazidos pelos outros moradores, dizendo frases como “Não é bem assim”. Ela pediu um aparte, bastante nervosa: “Sou moradora da rua [*em questão*], representante da comunidade. A gente também tem direito. A Senhora pode falar comigo” [*referindo-se a Silvia, moradora da rua de classe média*]. “Infelizmente, a gente não paga imposto, mas queremos ser [*tratados como*] cidadãos. Não somos favelados, somos cidadãos”. Merece atenção, aqui, o uso da dicotomia “favelados” e “cidadãos” utilizada pela líder comunitária, que de certo modo reforça os argumentos de outros moradores que vinculam o pagamento de impostos às “pessoas de bem” e o não pagamento com o descrédito da condição de cidadania. Nesse discurso, ainda que de modo ambíguo, tudo se passa como se morar em barraco desqualificasse o princípio universal da igualdade. O uso de tal dicotomia fere o princípio republicano da igualdade jurídica para todos, independentemente das condições econômicas desiguais, um dos princípios que deram origem aos direitos humanos no mundo contemporâneo.

Referindo-se aos seguros privados que vigiam os terrenos particulares, disse que sabia que “a PM está envolvida”. Um burburinho se seguiu à sua fala. Um pouco desconcentrada, ela convidou os participantes para uma audiência pública que aconteceria poucos dias depois, onde os moradores das favelas colocariam seus problemas. Reforçou que falava “como cidadã e moradora”, que os moradores das favelas tinham “o direito de se colocar” e reiterou o convite para uma reunião que aconteceria dias depois na subprefeitura para discutir as ações da prefeitura para a remoção dos barracos da Avenida Águas Espraiadas.

Julio, o jovem negro representante do CEDECA-Santo Amaro, apoiou o discurso de Laís. Ele se levantou e disse: “O Conseg tem uma visão... Grileiros invadem. Não queremos tirar o respeito de vocês, mas queremos ser respeitados. Independente de a pessoa morar na favela, não temos responsabilidade. O problema é social. (...) A gente está num país que tem muita terra e não tem reforma agrária”. Um morador dissimulou a ques-

tão trazida pelo jovem e trouxe o problema do caos no transporte público de São Paulo. Julio e Francisco, que estavam juntos, levantaram-se após perceberem que não encontrariam eco entre os assíduos participantes. Quebrando o protocolo, saí da sala e procurei saber quem eram e de onde vinham.

Quando retornei, a discussão do transporte já havia terminado. Laís argumentava que havia participado de uma reunião na gestão anterior e que havia sido constrangida por um morador, fato que a teria colocado em situação de rechaço perante os demais moradores, motivado-a a deixar de participar dos encontros. Uma moradora de Campo Belo interveio: “É fácil se fazer de coitadinha!”. Nesse momento, um grupo de cinco pessoas saiu da sala. Pedir para que Laís não se faça de “coitadinha” e sair da sala são mecanismos sutis para promover a segregação política. Essas tensões não se resumem às interações entre pobres e ricos; existem também entre a classe média e a classe média alta, mas é de se notar que falas mais duras são acionadas em relação aos mais pobres.

O presidente recém-eleito do Conseg tentou dar continuidade à reunião e, dirigindo-se a Laís, disse em tom de voz conciliador: “A gente não quer brigar e discutir. Identifique-se, venha desarmada. Você será respeitada e atendida pela ordem competente. Não adianta vir com um monte de gente. Tente trazer deles as reivindicações”. Essa passagem indica como as performances na cena pública refletem a distribuição desigual nos instrumentos de produção da política¹². Rui, então presidente do Conseg, pede que Laís “venha desarmada” e não traga “um monte de gente” para “bagunçar” o encontro.

A tensão entre os “antigos participantes” e os “recém-chegados” marcou os encontros seguintes, apesar da desistência desses últimos em participar do Conseg Campo Belo. O presidente do conselho avaliou que a presença de Laís foi “palhaçada”, houve “bate-boca” e as pessoas ficaram “constrangidas”, motivo pelo qual “começaram a sair da sala”. Segundo ele, as moradoras que haviam relatado o problema dos barracos tiveram a “casa apedrejada para ficar com a boca calada” e foram atirados “blocos de tijolos e despacho de macumba” em suas

12 De acordo com Bourdieu (1989, p.169-170), os mecanismos para a produção da política são aquelas competências específicas “que podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político”, que também implica “certos ritos (...) que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo (...)”.

residências. De acordo com ele, os moradores das favelas também haviam comparecido na audiência pública à qual Laís se referiu e “tumultuaram” a discussão. O presidente afirmou estar com medo do que poderia acontecer com ele próprio e com os demais participantes: “Quem garante a integridade física e moral após a saída dos encontros?”. Sua proposta era alterar as datas dos encontros, sem dia da semana fixo a cada mês, de modo a torná-la secreta para os moradores das favelas.

Alguns participantes avaliaram que o sentimento de insegurança do presidente era exagerado e que não era necessário reorganizar o funcionamento dos encontros para segregar a participação política dos *moradores de favelas*. Uma das moradoras do Planalto Paulista relatou que já havia sido “quase linchada por traficante”, que situações como essas “aborrecem, magoam”, mas que era preciso relevar. Em entrevistas, as moradoras se mostraram a favor da participação de Laís nos encontros, embora o mesmo não tenha ocorrido quando o possível interlocutor era uma prostituta, uma travesti ou seus representantes.

Fausto, representante da associação de moradores de Campo Belo, argumentou que haveria uma “visão higienista de mandar” [*os moradores de favela*] “lá no fundão” [a periferia], já que por conta das “Operações Urbanas os moradores de favelas estavam furiosos”. Também ressaltou que o comportamento dos mais pobres na audiência pública ocorrida na subprefeitura revelou que os moradores das favelas estariam “revoltados por sua questão social”. Ele disse: “Isso é um desespero deles. Eles não querem sair da favela. Eles sentem, como nós... eles estão inseguros. Está todo mundo inseguro, ninguém sabe o dia de amanhã. Não tome como ameaça”.

Como indiquei há pouco, Fausto tinha relações prévias com Laís e o movimento de habitação popular. Diferentemente de outros moradores, ele leva em consideração a insegurança dos favelados. Nota-se sua disposição diplomática junto aos moradores dos barracos, a constatação de que as injustiças sociais afetam preferencialmente esses últimos (por meio de uma política higienista) e que o medo é uma manifestação generalizada de pessoas de todas as classes sociais que vivem na cidade de São Paulo. Como ele explicou em entrevista, o desespero dos moradores da favela tinha relação com a Operação Saturação, a Operação Urbana Águas Espraiadas, o desmanche das favelas, a remoção dos barracos e a indenização das famílias.

Conclusão: mudanças e paradoxos do campo dos direitos

Desde a criação dos Consegs até hoje, a existência desses conselhos participativos coincide com mudanças importantes na concepção da segurança pública como um direito, bem como com paradoxos nos campos das práticas e das mentalidades (GALDEANO, 2009). O conceito de segurança pública foi sendo gradativamente deslocado de seu foco eminentemente policial e judicial com vistas a encarcerar os “criminosos” (nas penitenciárias) e internar jovens em conflito com a lei (em supostas instituições de ressocialização juvenil). Acompanhando os debates travados em vários países da América Latina, técnicos do poder público, ONGs, acadêmicos, policiais etc. têm se envolvido cada vez mais em discussões em torno da “segurança cidadã” como uma estratégia que focaliza, de forma integrada, a prevenção e a mediação de conflitos, a participação da sociedade civil nas discussões e a proteção social para a garantia do conjunto dos direitos humanos, ao lado de medidas repressivas (ESCOBAR et al., 2005). No entanto, os governos e determinados grupos da sociedade continuam a clamar por “dureza” e “firmeza” para combater a “violência”.

Mudanças e paradoxos não menos importantes vêm ocorrendo na sociedade civil. Após a pesquisa de Caldeira (1991), realizada com dados coletados na década de 1980, que indica a recorrência do imaginário popular sobre os direitos humanos como “privilégio de bandidos”, o trabalho de Cardia (1999) trouxe dados relevantes. Esta pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras, realizada no final da década de 1990, indica haver mudanças no imaginário social frente à temática dos direitos humanos, atenuando a visão de que estes seriam “direitos de bandidos”. Os dados coletados levam a pesquisadora a concluir que não há uma “cultura da violência” na sociedade brasileira, mas que há “uma normalização ou aceitação da violência interpessoal (...) para determinados ‘tipos de pessoas’, ou para resolver determinados tipos de disputa (por exemplo, do tráfico)” (CARDIA, 1999, p. 1). Em artigo recente, Caldeira (2006) constata mudanças semelhantes. Ainda assim, ela aponta novas ambiguidades,

como aquelas presentes entre os *rappers* que denunciam preconceitos de classe e etnicidade, ao mesmo tempo em que reforçam dicotomias e preconceitos de gênero, o que, de acordo com a autora, revela que embora diferentes grupos estejam mais “familiarizados com a linguagem e procedimentos da democracia”, “os significados associados com noções como direitos e justiça têm permanecido instáveis e contestáveis e também são associados com práticas sociais contraditórias” (CALDEIRA, 2006, p. 102).

Vivemos um período em que as narrativas que se apoiam nos direitos humanos organizam os discursos políticos contemporâneos. Os discursos dos direitos em casos que envolvem o respeito à Lei de Zoneamento Urbano e a exploração sexual são emblemáticos a esse respeito. No entanto, esses discursos coexistem com articulações das narrativas que revelam que os limites do que se admite como direitos se colocam quando se trata de discutir “determinados tipos de pessoas”: os moradores de favelas, as prostitutas e os jovens infratores. Este artigo pretendeu exatamente iluminar como esses diferentes significados coexistem nos discursos de moradores que participam do Conseg em análise. Além disso, também aponta para os dilemas envolvidos na responsabilização da sociedade civil nos assuntos afetos à segurança, em que o desgosto pela “mistura” contribui para a eleição de “tipos sociais” que se convertem, efetivamente, em objetos de políticas.

Referências

- ADORNO, Sérgio. (1998), “Conflitualidade e violência: Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, Vol. 10, nº 1, pp. 19-47.
- _____. (1999), “Insegurança versus direitos humanos: Entre a lei e a ordem”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, Vol. 11, nº 2, pp. 129-155.
- BECKER, Howard S. (2008), *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1987), “What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups”. *Berkeley Journal of Sociology, A Critical Review*, Vol. 32, pp. 1-17.
- _____. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- _____. (1991), *Language and Symbolic Power*. Cambridge (Massachusetts, EUA), Harvard University Press.
- CALDEIRA, Teresa. (1991), “Direitos humanos ou privilégio de bandidos?”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 30, pp. 162-172.
- _____. (2000), *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- _____. (2006), “I Came to Sabotage Your Reasoning”. Em: COMAROFF, Jean [e] John L. Comaroff. *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago/Londres, University of Chicago Press.
- CARDIA, Nancy. (1999), *Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Mimeo.

- CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. (2006), Operações urbanas em São Paulo: Interesses público ou construção especulativa do lugar. Tese (doutorado). FAU/Universidade de São Paulo.
- DAS, Veena. (2007), *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press.
- ELIAS, Norbert [e] SCOTSON, John L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ESCOBAR, Santiago et al. (2005), *Seguridad Ciudadana: concepciones y políticas*. Caracas, Friedrich Ebert Stiftung/Nueva Sociedad.
- GALDEANO, Ana Paula. (2009), *Para falar em nome da segurança: O que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas.
- GOFFMAN, Erving. (2008), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC.
- KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel [e] MIRANDA, Ana Paula. (2000), “Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: Uma bibliografia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 50, pp. 91-110.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2004), “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, Vol. 19, nº 1, pp. 53-84.
- MARQUES, Eduardo [e] TORRES, Haroldo (orgs.). (2005), *São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), IUPERJ.

- _____. (2006), “Sobre uma sociabilidade violenta”. Em: Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumem Juris.
- _____. (2008), “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. Civitas, Vol. 8, nº 3, pp. 371-385.
- O'DOUGHERTY, Maureen. (1998), “Auto-retratos da classe média: Hierarquias de ‘cultura’ e consumo em São Paulo”. Dados, Vol. 2, nº 41, pp. 411-444.
- PAIXÃO, Antônio Luís [e] BEATO, Claudio. (1997), “Crimes, vítimas e policiais”. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, Vol. 9, nº 1, pp. 223-248.
- PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena [e] CARRARA, Sérgio. (2004), Sexualidade e saberes: Convenções e fronteiras. Rio de Janeiro, Garamond.
- SEMPA. (2008), “Tabela Distribuição das Favelas no município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais”. Disponível (on-line) em: http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/htmls/9_distribuiçao_das_favelas_2008_516.html.
- SORJ, Bernardo. (2004), A democracia inesperada: Cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- TATSCH, Constança. (11/05/2005), “Campo Belo vira novo reduto de bordéis”. Folha On-line, Cotidiano, disponível (on-line) em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u108907.shtml>.
- ZALUAR, Alba. (1994), Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Revan.
- _____. (1999), “Violência e crime”. Em: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs.